



## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**I - ACORDO DE COOPERAÇÃO A SER CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM E A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HÓQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR, visando o fomento do Hóquei em Campo Bom.**

**II - INTERESSE COMUM. AUSÊNCIA DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. INCIDÊNCIA DA LEI FEDERAL N.º 13.019/2014.**

**III - OPINATIVO PELA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO, ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES EXPOSTAS NO PARECER.**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de acordo de cooperação que o Município de Campo Bom, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor pretendem firmar entre si, com vistas ao fomento da atividade esportiva no âmbito do Município.

Os autos vieram instruídos com os seguintes documentos:

Ofício n. 031-2023, encaminhado pela Confederação Brasileira De Hóquei Sobre A Grama e Indoor - CBHG;

Minuta do acordo de cooperação encaminhado pela Entidade;

Plano de trabalho;

Manifestação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Certidões Negativas de Débito da CBHG;

Estatuto da CBHG.

É o relatório.



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**II – ANÁLISE**

A Lei Federal n.º 13.019/2014, em seu artigo 2º, VIII-A define o Acordo de Cooperação como *“instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros”*.

A Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor (CBHG) apresentou interesse em celebrar acordo de cooperação com o Município de Campo Bom, juntando Plano de Trabalho, cujo objeto é fomentar o esporte no Município, através da capacitação dos estudantes e professores, bem como com a cessão de instrumentos necessários para a prática da modalidade.

Encaminhado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, esta elaborou parecer técnico no sentido da importância da diversidade das modalidades esportivas no âmbito municipal, bem como a assinatura do acordo de cooperação proposto pela entidade.

A entidade apresentou a documentação pertinente, bem como minuta do acordo de cooperação, possuindo, até pela sua natureza, a expertise necessária para o cumprimento do proposto.

Quanto à possibilidade da formalização da parceria, entende-se viável, haja vista que o município não terá a obrigatoriedade de dispensar quaisquer recursos financeiros, devendo promover as atividades na rede de ensino.

Por outro lado, a entidade promoverá capacitação e cessão de equipamentos necessários para a prática da atividade, sem qualquer contrapartida financeira do município.

Sobre a necessidade de chamamento público, que se mostra como regra para a formalização das parcerias previstas pela Lei Federal n.º 13.019/2014, é o



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

entendimento desta Procuradoria que não se faz necessária, uma vez que exceção prevista na legislação, nos termos do artigo 29, senão vejamos:

*“Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e **os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público**, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.”*

Para além da previsão acima exposta, pode-se verificar que a proponente do Plano de Trabalho é a Confederação Brasileira de Hóquei sobre a Grama e Indoor (CBHG), entidade máxima da categoria esportiva, detentora de expertise e o objeto proposto, por sua singularidade, deve ser realizado por quem possui notório conhecimento.

No mesmo sentido, o Marco Regulatório trouxe a possibilidade de formalização de parceria sem a necessidade de realização de chamamento, nos casos em que haja inviabilidade de competição, o que entende ser plausível esta Procuradoria.

Neste sentido é o artigo 31 da Lei:

*“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:”*

Assim, entendendo estar presentes os requisitos para a formalização da parceria, OPINO favorável a assinatura de Acordo de Cooperação, sem a necessidade de chamamento público.

É o parecer. À consideração superior.



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 005B-04B5-382C-F7BB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PEDRO SANTOS DE AZEVEDO (CPF 007.XXX.XXX-39) em 11/08/2023 09:38:53 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/005B-04B5-382C-F7BB>